

ISSN: 0104-4842

# Revista do Centro Sócio-Econômico

Universidade Federal do Pará - Ano 2. n.2, Dezembro de 1995

Título e texto amparados pela Lei n. 5.988 de 14 de dezembro de 1973.

Copyright © dos autores - 1995

#### COLABORADORES

Afonso Celso Modesto Moreira - Datilografia; Marco Antonio Barbosa da Costa - Datilografia.

Digitação eletrônica: João de Souza Pinto Filho

Revisão Editorial: Maria das Graças Lima de Lima

Composição e impressão: Centro Sócio Econômico da UFPA

Encadernação: Editora da UFPA

#### CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Pará - Centro Sócio-Econômico - Divisão de Documentação - Av. Augusto Corrêa, 01 - Campus Profissional - Pavilhão Gp - Salas 04/06 - CEP 66075 -900 - Belém - Pará

#### CATALOGAÇÃO: Biblioteca Setorial do CSE

Revista do Centro Sócio-Econômico, v.1 -, n.1 -, 1993 -  
Belém: Universidade Federal do Pará

Semestral

ISSN 0104 - 4842

1. CIÊNCIAS SOCIAIS-Periódicos. 2. MACROECONOMIA. 3.  
TURISMO. 4. ECONOMIA. 5. PIMENTA DO REINO - cultura.

CDD (18 ed.)	300.5
CDU	305

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

### ARTIGOS

- Impactos financeiros do ajustamento macroeconômico da economia brasileira à crise cambial nos anos 80 ..... 9**  
David Ferreira CARVALHO
- Planejamento do turismo na Amazônia: notas sobre a participação popular .... 28**  
Silvio Lima FIGUEIREDO
- Economia paraense: dependência e (sub) desenvolvimento ..... 43**  
Sérgio Roberto Bacury de LIRA
- A pipericultura e as relações de produção na microregião bragantina ..... 61**  
Catarina Lobato dos SANTOS
- Sobre a competência técnica do assistente social ..... 94**  
Ariberto VENTURINI

## PLANEJAMENTO DO TURISMO NA AMAZÔNIA: notas sobre a participação popular

**Silvio Lima Figueiredo**

Professor Substituto do Departamento de Turismo da UFPA

Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento NAEA/UFPA

**RESUMO:** A concepção do planejamento do desenvolvimento na Amazônia flui de modelos privilegiando a imposição de equipamentos e atividades sem a preocupação primária de buscar conhecimento da realidade e das necessidades das comunidades alvo. O planejamento para o turismo segue este padrão. O trabalho apresenta idéias exploratórias para mudar este padrão fluindo a partir de uma preocupação de focar a realidade e necessidade das comunidades a serem engajadas em planos para a instalação de equipamentos.

### 1 INTRODUÇÃO

O que pensamos sobre planejamento atualmente, possui raízes nas teorias provindas da Economia e da Administração, e dentro dessa perspectiva poderemos delimitar o uso do termo no sentido da abordagem aqui desenvolvida. Percebendo a gama de significações dessa categoria, concebemos a mesma no seu sentido mais abrangente do universo da macroeconomia e das teorias sociológicas, diferenciando de uma perspectiva mais técnica e pragmática, componentes da Administração.



Caberia então em um primeiro momento, a diferenciação dessas abordagens. A primeira interpretação, à qual não nos deteremos como objetivo fundamental do presente trabalho, é a que está mais ligada ao aspecto administrativo de uma organização e que funciona como um instrumento de organização e métodos, uma parte de estudo da Administração de "empresas". Dentro dessa visão, planejar seria "decidir antecipadamente o que deve ser feito; ou seja, um plano é uma linha de ação pré-estabelecida". (Miranda, 1981, p.203). É portanto encontrar e delimitar caminhos para que o objetivo seja alcançado. Assim, temos o planejamento como uma fase dentro de um sistema organizativo, ou seja, uma etapa primeira onde as ações são previamente estabelecidas e posteriormente começam a ocorrer concretamente, a se realizarem.

Ainda nesta perspectiva, o fator tempo entra obviamente como fundamental no conceito pois, estabelecer objetivos e caminhos para se chegar aos mesmos pressupõe uma projeção do futuro, um prognóstico. Temos assim uma relação temporal entre passado, presente e futuro. E como função dentro da Administração, o Planejamento aparece como uma composição básica necessária para caracterizá-lo e então efetivá-lo. Essa composição inclui: objetivos, metas, normas, políticas, programas, orçamentos, cronogramas e diretrizes.

Com uma perspectiva mais geral, estão as concepções econômicas e sociológicas sobre o Planejamento e sua relação com o desenvolvimento de sociedades, povos, nações e unidades federativas; por exemplo, as políticas governamentais e suas relações com os setores da sociedade, implicados em determinados assuntos são, entre outras, questões preponderantes. Essa é a ótica que nos interessa aqui, mas é importante ressaltar que o Planejamento, como o ato de fazer prognósticos e alterar probabilidades através de estudos que permitam ações dirigidas está na base de qualquer concepção, até mesmo

por que uma visão mais macro pressupõe que exista um planejamento com nível organizacional menor<sup>1</sup>.

Nessa forma, o Planejamento assume o papel de interventor da conjuntura social - idéia passada pelos chamados neoliberais - ou de elemento que compõe essa conjuntura, extremamente necessário e que irá garantir a satisfação das necessidades da maioria da população como nos cita Rattiner (1979, p.8): "aplicado à esfera do poder público, define-se o planejamento como uma técnica de tomada de decisão que enfatiza a escolha de objetivos explícitos e determina os meios mais apropriados para sua consecução a fim de que as decisões tomadas possam ser adequadas aos objetivos da população e legitimar os programas efetivos para sua realização".

O mesmo autor (Ibid., p.9) cita ainda a relação entre elementos desse Planejamento que são: políticos, planejadores e sociedade como verdadeiramente necessários para a realização satisfatória da "técnica".<sup>2</sup>

O que podemos notar é que quanto à estruturação, encontramos uma diversidade muito abrangente de noções sobre Planejamento. A questão central que trabalharemos aqui, está vinculada à interligação entre o planejamento e o desenvolvimento, ou seja, a capacidade dessa "técnica" ou função contribuir para o desenvolvimento de cada sociedade, principalmente dentro do que chamamos de políticas públicas<sup>3</sup>. Assim as noções sobre desenvolvimento como algo que necessita ser planejado é a nossa orientação nas pesquisas que desenvolvemos e no presente trabalho. Planejar então

<sup>1</sup> Existem categorias para expressar essas diferenças: podemos detectar um planejamento empresarial e um planejamento econômico nessa distinção.

<sup>2</sup> Segundo Rattner, essa relação seria a ideal, no sentido em que o povo apresenta reivindicações a políticos e problemas e necessidades aos planejadores, enquanto que estes últimos buscam, através do planejamento, o controle da vida social enquanto apresentam alternativas aos políticos, que traçam os objetivos que planos devem seguir quando colocados em prática par a população. Essa relação entre tais elementos tem de ser dinâmica e o peso dos mesmos devem ser iguais, equitativos, o que normalmente não acontece.

<sup>3</sup> Fica então difícil encerrar o planejamento como uma técnica neutra, como nos fala Delfim Neto: "o planejamento é uma simples técnica de administrar recursos e que, em si mesmo, é neutro" (Holanda, apud Barreto, 1991, p.13), ou seja o planejamento pode demonstrar uma preocupação de fundo com o bem estar da maioria da população ou pode representar a tentativa de propagar a exploração e a acumulação capitalista por parte de uma parcela hegemônica da sociedade. Sobre o assunto ver Ianni (1986, p.156-59)

estaria ligado à questão de proporcionar bem-estar à população tratada, implica em uma articulação verdadeira e dinâmica entre o Estado, a ciência e a sociedade, no sentido do primeiro satisfazer as necessidades reais da maioria da população, já que é o representante da mesma, e isso em cidades, estados e países.<sup>4</sup>

É necessário ressaltar ainda que, a concretização dessas projeções futuras na tentativa de resolver problemas se dá através de documentos chamados planos, programas ou projetos e que, como nos mostra Dowbor (1987, p.87-8), referindo-se ao Planejamento Municipal: "como sistema organizativo de trabalho - e não meramente como redação de um documento - planejar implica portanto em alterações no sistema de organização de informações, reforço de capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação". É exatamente com essa preocupação que tentaremos relatar o processo de planejamento estatal em uma área do território nacional que apresenta uma certa homogeneidade (mesmo sendo simbólica), e que é tratada de uma determinada forma pelo poder "público": a Amazônia.<sup>5</sup>

## 2 O PLANEJAMENTO NA AMAZÔNIA E SEU DESENVOLVIMENTO

A região amazônica que faz parte do território nacional é representada pelos estados da região norte (divisão política): Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará e Tocantins, além de parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão (Amazônia Legal Brasileira). Sua estrutura com relação ao Planejamento do Desenvolvimento sempre foi

<sup>4</sup> As novas perspectivas de Planejamento e Desenvolvimento se aglutinam no atual conceito de Desenvolvimento Sustentável que seria o "processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro a fim de atender às necessidades e aspirações humanas" (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.49). Não podemos porém esquecer que o desenvolvimento sustentável vem atrelado comumente à concepções teóricas mais abrangentes, principalmente à teorias neoclássicas, como observa CARVALHO (1994, p.365). Devemos portanto ter cuidado ao usarmos indiscriminadamente o conceito, como saída para todos os problemas atuais.

<sup>5</sup> Além do que, é o locus onde desenvolvemos pesquisas, com relação principalmente a implementação de um "ecoturismo" e que originou obviamente o presente trabalho.

uma preocupação do Estado Brasileiro, seja em uma perspectiva histórica de conquista, exploração e defesa do território, seja nas mais recentes tentativas de desenvolver a região através da sua inclusão de fato à nação brasileira.

Como aqui não cabe uma profundidade maior, observaremos, com base nas discussões de Araújo (1992) que a preocupação com a Amazônia (e com seus recursos, é claro) não é fato recente, a partir do golpe militar de 1964, mas a "idéia de desenvolvimento planejado foi parte constitutiva dos projetos do governo brasileiro desde os anos 30" (Ibid., p.40).

Na verdade, em relação a essa discussão, Ianni (1986) nos mostra a necessidade de fazermos uma distinção entre as "medidas do tipo intervencionista" que caracterizaram o Governo Brasileiro na busca imediata pela resolução de problemas que se apresentavam; e um planejamento como instrumento da política econômica estatal, com diretrizes bem definidas e bem elaboradas, de uma forma global e pressupondo uma racionalização dos recursos e a formação de uma *tecnoestrutura* que irá por em prática os pressupostos dos planos.

O objetivo do planejamento segundo Ianni (Ibid., p.68) seria a elaboração de estruturas e a formação de uma técnica de aceleração do desenvolvimento econômico, quase que uma "superação rápida de etapas".

Dessa forma existe uma progressão do papel do planejamento na formação das políticas públicas : desde os governos de Getúlio Vargas, passando pelo Programa de Metas, Plano Trienal (como a primeira forma de planejamento global do Governo) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento do Governo Militar (I PND e II PND) – para citar os mais importantes. Em relação ao Turismo, o marco do planejamento estatal se dá com a criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTUR) e da Empresa Brasileira de Turismo - hoje Instituto (EMBRATUR) no ano de 1966, inaugurando o que chamáremos, de Política Nacional de Turismo, em pleno governo militar.



No caso da Amazônia a primeira tentativa de intervenção organizada se dá através da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, juntamente com a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

Esse tipo de preocupação com a Amazônia posteriormente se concretiza com a criação do que viria a ser o exemplo máximo da noção de planejamento regional: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966. Assim, foram contempladas as aspirações de preocupação com a exploração dos recursos naturais da região, proteção e segurança do território e a perspectiva de se “domar” a floresta e promover o progresso, já que ela estaria mergulhada na estagnação.

Dessa forma originou-se uma gama de planos especiais para a região e, dentre eles, planos específicos para cada atividade potencial, seja extrativismo vegetal, mineral, agricultura e, em nosso caso, turismo - e uma forma de turismo particular: o *ecoturismo*.

Esse modelo de desenvolvimento planejado encontrou ressonância principalmente nas grandes empresas nacionais e internacionais. Porém os pesquisadores encontraram inúmeros pontos passíveis de crítica e a população da área sequer tomou conhecimento ou foi consultada sobre a instalação desses projetos gigantescos.

Fora a questão da Segurança Nacional -- o nacionalismo na forma política e militar -- os chamados Grandes Projetos da Amazônia, que são exemplos máximos dessa política, apresentam críticas pois possuem uma nítida preocupação apenas com a exploração dos recursos naturais, além de serem concebidos em um circuito fechado, fora dos centros de decisão da região, ficando esta a mercê do capital internacional e de suas crises.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto consultar Costa (1992).

### 3 O TURISMO DENTRO DO CONTEXTO AMAZÔNICO

A atividade turística como componente do leque de opções ou vocações da Região Amazônica não fugiu à regra, dentro das suas limitações quanto à organização interna da atividade ou à pouca importância que tem no quadro comparativo à outras atividades ali desenvolvidas.

Fatores como levantamentos dos recursos existentes e sua avaliação para o desenvolvimento de um núcleo receptor ou região turística, – dependendo dos níveis de planejamento<sup>7</sup> e da divisão de curto, médio e longo prazo – para serem desenvolvidos, devem ser incluídos na perspectiva máxima do planejamento do desenvolvimento do turismo na Amazônia. A utilização dos recursos de ordem natural tem predominância, haja vista as potencialidades quanto a exploração do turismo ecológico como a forma mais adaptável ao meio ambiente característico dessa área.

Os planos governamentais sobre a temática são sintetizados pelos planos de Turismo da Amazônia de 1977 (ainda no governo militar) e o plano de Turismo da Amazônia de 1992. Ambos elaborados pela SUDAM, esses planos apresentam uma evolução no tratamento da atividade turística na região pois, de simples análises de levantamentos dos atrativos, equipamentos e potencialidades, passou-se à elaboração de propostas que talvez possam se concretizar, levando em consideração as especificidades da região quanto aos recursos faunísticos e florísticos, geológicos, climáticos e de temperatura. A formulação das diretrizes atuais estão nitidamente influenciadas pelas concepções originadas do chamado Desenvolvimento Sustentável.

Pressupondo uma integração entre a exploração da atividade turística com o meio ambiente natural, concebe-se análises de capacidade de suporte e estudos de utilização

---

<sup>7</sup> Segundo Barreto (1991, p.63) existem três níveis de planejamento da atividade turística:

- Planejamento de 1º nível: Eventos, excursões, viagens.

- Planejamento de 2º nível: Criação de complexos turísticos em núcleos receptores, construção de equipamentos, etc.

- Planejamento de 3º nível: Políticas globais para incentivar a atividade turística e organizá-la.

de área de proteção ambiental e unidade de conservação. Assim o turismo é proposto como alternativa à economia das comunidades tradicionais para estas melhor se desenvolverem. O próprio Plano de Turismo da Amazônia vai considerar o turismo como a atividade que vai contribuir com o crescimento econômico e com a preservação do meio ambiente (SUDAM, 1992, p.5), com estratégias para evitar o subdesenvolvimento dessa região (mesmo que não conceitue o que chama de subdesenvolvimento) e não só por isso o turismo é importante, mas não podemos esquecer o discurso que envolve a atividade através dos seus impactos econômicos como: geração de renda, empregos, divisas, modernização, etc. (Rabahy, 1990).

Nesse contexto, dois problemas irão aparecer nitidamente: em primeiro lugar, na maioria das vezes *os empreendimentos turísticos não fazem estudos anteriores de impacto ambiental (ELA's e RIMA's) e, em segundo lugar, geralmente esses estudos não consideram os impactos sócio-culturais que qualquer atividade de grande porte, e entre elas o turismo, pode causar nas comunidades receptoras.*<sup>8</sup> O que vai ocorrer de preocupante, e o que apresentaremos a seguir, é o papel que as populações tradicionais dessa região, seus moradores locais, possuem no processo de planejamento de um desenvolvimento sustentado do turismo.

#### 4 A PARTICIPAÇÃO POPULAR : POSSIBILIDADES E PROBLEMAS

Além da tradição de aparecer e ser homogeneizador de problemas, o planejamento como função do Estado possui "tendência clássica de impor-se à população" (Demo,

---

<sup>8</sup> O turismo se faz como uma atividade econômica do setor terciário, sendo que por movimentar um grande número de elementos, hoje é considerado pela própria legislação brasileira como participante do setor secundário, como "indústria do turismo", mesmo assim a atividade aparece dispersa já que possui inúmeros elementos participativos da sua composição e, não fica aparente a magnitude de sua existência, ainda mais em lugares onde e pouco desenvolvida como a Amazônia (mas isso não quer dizer que seus impactos sejam insignificantes).

1988, p.42), é portanto impositivo. Como intervenção na realidade, o planejamento representa impactos e "o que tem impacto social, tem de ter controle social" (Dowbor, 1987, p.101).

Na Amazônia há uma tradição clara de tratar a região como um fator a ser domado pelo planejamento mas, além de não se ter modelos compatíveis com as especificidades e realidade da região, a imposição existe e a participação das comunidades nas decisões sobre suas vidas é mínima e se dá, quando muito, pelos meios tradicionais (Câmara dos Vereadores e Deputados).

Milaré (1993, p.245), baseado nos estudos de Álvaro Mirra, nos dá a direção de basicamente três tipos de participação de um grupo social no que se refere, por exemplo, à proteção ao meio ambiente<sup>9</sup>: a) a participação nos processos de criação do Direito do Meio Ambiente (na apresentação de projetos de leis e na participação em órgãos colegiados); b) Participação na formulação e na execução de políticas ambientais (na fiscalização, na denúncia, criação de ONG's); e c) Participação através do Poder Judiciário (ações individuais ou coletivas, mandados de Segurança coletivos contra danos do meio ambiente). O complicador desses mecanismos é que eles agem de preferência posteriormente ao problema, ou seja, é apenas uma forma de se remediar, criando respostas para problemas específicos. A possibilidade de um grupo organizado interferir no período de tempo anterior ao problema, e que caracteriza o planejamento, é algo mais difícil<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Temos a nítida impressão de que o avanço das discussões sobre a questão ambiental foi um passo fundamental para incentivar a participação popular no planejamento. Rattner (1977 e 1993) aponta também uma discussão quanto aos resultados dos planos, colocando em cheque a própria legitimidade do planejamento que passou a ser um instrumento de controle social e de manipulação das massas, portanto novos mecanismos foram criados para facilitar a participação, a comunicação da população com os planejadores e o governo. Além do que critica uma noção de desenvolvimento baseado exclusivamente em indicadores econômicos, esquecendo-se o social.

<sup>10</sup> Segundo Rattner, o povo que deveria ser um elemento importante e crucial no processo de planejamento, passa a ser um problema: "um fardo muito pesado para o processo técnico do planejamento" (1979, p.11). Para ele, o que é fundamental é a abertura de vias de comunicação e de participação política e cultural, para que a população adquira confiança e capacidade para encontrar soluções para seus problemas.



Seria importante garantir que as populações tenham acesso a decisões tão significativas, no sentido em que suas necessidades sejam sempre levadas em consideração. Dowbor (1987, p.100) afirma que não existe um modelo de organização da participação popular. "ele será diferente segundo o município seja predominantemente urbano ou rural, industrial ou agrícola, relativamente isolado ou situado perto de um grande centro. Será diferente também segundo os equilíbrios políticos locais e o nível de conscientização já atingido pela população". E, em nosso caso, se possuir vocação turística.

No caso da Amazônia, a atividade turística aparece atualmente com um certo grau de desenvolvimento: são hotéis de selva, hotéis de lazer, pousadas, passeios, excursões, navios, parques, etc. Todo esse complexo distribuído pela região tem uma característica em comum: a ausência da população opinando sobre suas instalações e prováveis impactos. Isso mesmo que a própria população faça parte do atrativo, com as suas manifestações culturais e visões de mundo consideradas "exóticas".

Se faz necessário que alguns mecanismos apareçam como garantia dessa participação (até porque o anteprojeto de lei ambiental do Pará, por exemplo, garante tal participação). Segundo Dowbor existem alguns exemplos de participação sistemática da população nas decisões: "o centro de estudos municipais, os comitês de bairro, as associações de áreas profissionais, a possibilidade da formação de um conselho de desenvolvimento municipal", para ele "a organização da participação entretanto, num país que não tem tradições de política participativa, exige muita flexibilidade e o aproveitamento de todas as oportunidades de mobilização" (1987, p.107). Além de demonstrar decisões sobre qualquer projeto que represente a desarticulação do cotidiano nativo, a participação e a criação de novas instâncias de decisão podem proporcionar o desenvolvimento de uma consciência política de exercício de cidadania.

Os planos e projetos não devem se limitar a um inventário de potencialidades e propostas de desenvolvimento turístico onde o visitante, no fundo, é o ponto mais

importante (como notamos em Vaquero et al). O planejamento do turismo deve atentar principalmente para ajudar a sanar problemas e melhorar o nível de vida dos residentes.

Simmons (1994), baseando-se em um estudo de caso na localidade de Huron, Canadá demonstra a importância da participação da população no planejamento do turismo. É necessário para isso um alto grau de envolvimento da população, com uma participação eqüitativa e com mecanismos que garantam a eficiência (caracterizados por pontos de tensões no planejamento participativo).

Para o autor citado acima, esse exercício deve ser iniciado na própria pesquisa anterior ao planejamento. Para tanto os mecanismos que foram usados nesse caso dizem respeito à comunicação entre o povo, os técnicos e o governo. Em Huron, foram usadas três técnicas no processo de planificação do turismo: entrevistas; pesquisa via correio e reunião com grupos de moradores (*focus group*). Essa técnica teve a finalidade de usar a participação popular em um primeiro passo desse processo: a identificação do principal elemento que caracterizaria a oferta diferencial do local.

A partir daí as reuniões com os grupos (8 e 12 pessoas) se dariam no sentido de se definir prioridades para as mudanças propostas. Segundo ainda Simmons, "um componente chave dos grupos de moradores seria que a formulação das opções desejáveis de desenvolvimento turístico estaria baseada nos conhecimentos dos participantes, oriundos da pesquisa" (Ibid, p.105).

Um outro tipo de mecanismo seria a participação ativa dos moradores dos locais turísticos em *conselhos*. Os conselhos seriam instâncias práticas e normais para esse tipo de exercício, um espaço onde todos os assuntos ligados direta ou indiretamente ao turismo poderiam ser discutidos. Assim teríamos reuniões mensais sobre os assuntos, e ali se decidiria o que fazer inclusive sobre questões mais complexas como a depredação do meio ambiente provocada por um turismo desorganizado.

Não podemos deixar de observar que problemas, como é o caso da possível manipulação de grupos políticos e econômicos, podem ocorrer, além da burocracia nas

ações, mas esses obstáculos têm que fazer parte do processo do planejamento participativo. Deve ser essa prática que a articulação entre os vários setores da sociedade devem descobrir suas necessidades e possibilidades. A construção de uma conscientização, especificamente sobre a instalação de empreendimentos turísticos deve ultrapassar apenas a questão econômica, transcendendo a perspectiva do lucro e garantindo melhores condições de vida aos habitantes do local, dentro de suas particularidades e sem "importar" modelos exógenos (sem a devida adaptação).

Um outro problema é o de encontrar o chamado "homem amazônico", ou seja, o que representa a "comunidade regional" (quando aparece) em um Plano de Turismo da Amazônia elaborado pela SUDAM. Não podemos esquecer que algumas categorias são forçadas para representarem um todo mas na verdade representam uma parte. Costa (1992, p.45) observa por exemplo que seres socialmente tão distintos são identificados sob a categoria de homem amazônico: tanto o camponês caboclo como os comerciantes de produtos extrativos que os exploram. O que queremos nos perguntar é exatamente a quem deve ser dado o direito de opinar realmente por determinados problemas em determinadas áreas? O que podemos chamar de "homem da Amazônia", aquele que sofrerá os impactos da instalação dos equipamentos turísticos? Temos que repensar a questão da representatividade da população nos planos.

Assim, as observações do presente trabalho se fazem no sentido de alertar para um novo modelo para o planejamento do turismo amazônico, um modelo centrado não na ausência de planejamento, mas na sua interação com as comunidades interessadas, e que não se imponha de "fora para dentro", mas que utilize as opiniões de quem vive a atividade diariamente. Esse tipo de planejamento, mesmo com as diferentes aplicabilidades práticas exemplificadas aqui, está em fase de discussões, será elaborado a medida que o exercício da participação for sendo desenvolvido. Aos poucos esse exercício poderá tornar-se uma prática vantajosa principalmente para a população residente de núcleos receptores turísticos.

**ABSTRACT:** The conception of development planning for Amazonia flows from models focused on pieces of equipment and activities, without a primary concern to acquire knowledge about the reality and needs of targeted communities. Planning for tourism follows this pattern. This paper present exploratory ideaf to change this pattern, flowing from a concern to focus on the knowledge about the reality and needs of the communities to be angaged in plans for the instalation touristic equipments.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria Celina. *Amazônia e desenvolvimento `a luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista brasileira de ciências sociais.* São Paulo, v.7, n.19, jun, 1992.
- BARRETO, Margarita. *Planejamento e organização do turismo.* Campinas: Papirus, 1991.
- CARVALHO, Horácio M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: DINCAO, Maria Angela, SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum.* Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988.
- COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia.* Belém: UFPA/NAEA, 1992.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista.* São Paulo: Cortez, 1987.



- DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo, Brasiliense: 1987..
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- MILARÉ, Édis. Legislação ambiental e participação comunitária: In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE. Universidade e sociedade face a política ambiental brasileira, 4, 1990, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC/IBAMA, 1990.
- MIRANDA, Mac-Dowen dos Passos. *Organização e métodos*. São Paulo: Atlas, 1981.
- RABAHY, Wilson. *Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos*. São Paulo: Loyola, 1990.
- RATTNER, Henrique. Globalização, pobreza e meio ambiente In: VIEIRA, Paulo. MAIMON, Dália (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA/NAEA/APED, 1993.
- . *Planejamento e bem-estar social*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- SIMMONS, David. Community Participation in tourism planning. *Tourism management*, v.15, n.2, p.98-108, 1994.
- SUDAM. *Plano de turismo da Amazônia*. Belém, 1992.
- VAQUERO, Maria del C. et al. *La incorporacion de areas no tradicionales al turismo: el caso del sudoeste de la provincia de Buenos Aires (Argentina)*. Buenos Aires, 1993. mimeografado.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- DIEGUES, Antônio C.S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada In: VIEIRA, Paulo, MAIMON, Dália (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA/NAEA/APED, 1993.
- DOWBOR, Ladislau. O município e o meio ambiente, In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE. Universidade e sociedade face a política ambiental brasileira, 4. 1990, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC/IBAMA, 1990.